

O (pre)conceito de Idade Média

Se utilizássemos numa conversa com homens medievais a expressão Idade Média, eles não teriam idéia do que isso poderia significar. Eles, como todos os homens de todos os períodos históricos, se viam vivendo na época contemporânea. De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação *a posteriori*, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos de Idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito. Ou melhor, tal preconceito, pois o termo expressava um desprezo indisfarçado pelos séculos localizados entre a Antiguidade Clássica e o próprio século XVI. Este se via como o Renascimento da civilização greco-latina, e portanto tudo que estivera entre esses picos de criatividade artístico-literária (de seu próprio ponto de vista, é claro) não passava de um hiato, de um intervalo. Logo, de um tempo intermediário, de uma idade média.

Admirador dos clássicos, o italiano Petrarca (1304-1374) já se referira ao período anterior como de *tenebrae*: nascia o mito historiográfico da Idade das Trevas. Em 1469 o bispo Giovanni Andrea, bibliotecário papal, falava em *media tenebras*, literalmente “tempo médio”, mas também com o sentido figurado de “flagelo”, “ruína”. A idéia se enraizou quando em meados do século XVI Vasari, numa obra biográfica de grandes artistas do seu tempo, popularizou o termo Renascimento. Assim, por contraste, difundiram-se em rela-

Franco JR, H. A Idade Média: nascimento do ocidente.

São Paulo: Brasiliense, 2001.

ção à fase anterior as expressões *media aetas*, *media antiquitas* e *media tempora*.

De qualquer forma, o critério era inicialmente filológico. Opunha-se o século XVI, que buscava na sua produção literária utilizar o latim nos moldes clássicos, aos séculos anteriores, caracterizados por um latim "bárbaro". A arte medieval, por fugir aos padrões clássicos, também era vista como grosseira, daí o grande pintor Rafael (1483-1520) chamá-la de "gótica", termo então sinônimo de "bárbara". Na mesma linha, Rabelais (1483-1553) falava da Idade Média como a "espessa noite gótica". No século XVII, foi ainda com aquele sentido filológico que passou a prevalecer a expressão *medim aevum*, usada pelo francês du Cange em 1678. Mas o sucesso do termo veio com o manual escolar do alemão Christopher Keller (conhecido também pela latinização de seu nome, Cellarius) publicado em 1688 e intitulado *Historia Medii Aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta*. Esse livro completava outros dois do autor, um dedicado aos tempos "antigos" e outro aos "modernos".

Portanto, o sentido básico mantinha-se renascentista: a "idade média" teria sido uma interrupção no progresso humano, inaugurado pelos gregos e romanos e retomado pelos homens do século XVI. Ou seja, para o século XVII os séculos "medievais" também eram vistos como de barbárie, ignorância e superstição. Os protestantes criticavam-nos como época de supremacia da Igreja Católica. Os homens ligados às poderosas monarquias absolutistas lamentavam aquele período de reis fracos, de fragmentação política. Os burgueses capitalistas desprezavam tais séculos de limitada atividade comercial. Os intelectuais racionalistas deploravam aquela cultura muito ligada a valores espirituais.

O século XVIII, antiaristocrático e anticlerical, acentuou o menosprezo à Idade Média, vista como momento áureo da nobreza e do clero. A filosofia da época, chamada de iluminista por se guiar pela luz da Razão, censurava sobretudo a forte religiosidade medieval, o pouco apego da Idade Média a um estrito racionalismo e o peso político de que a Igreja então desfrutara. Revelando tais críticas, para Diderot, "sem religião, seríamos um pouco mais felizes". Para Con-

dorcet, a humanidade sempre esteve numa marcha em direção ao progresso, com exceção do período no qual predominou o Cristianismo, isto é, a Idade Média. Para Voltaire, os papas eram símbolos do fanatismo e do atraso daquela fase histórica, por isso afirmava, irônico, que "é uma prova da divindade de seus caracteres terem subsistido a tantos crimes". A posição daquele pensador sobre a Idade Média poderia ser sintetizada pelo tratamento que dispensava à Igreja: "a Infame".

Contudo, com o Romantismo da primeira metade do século XIX o preconceito em relação à Idade Média se inverteu. O ponto de partida fora a questão da identidade nacional, que ganhara forte significado com a Revolução Francesa. As conquistas de Napoleão alimentaram o fenômeno, com a pretensão do imperador francês de reunir a Europa sob uma única direção, despertando em cada região dominada ou ameaçada uma valorização de suas especialidades, de sua personalidade nacional, enfim, de sua história. Ao mesmo tempo, tudo isso punha em xeque a validade do racionalismo, tão exaltado pela centúria anterior, e que levava a Europa àquele contexto de conturbações, revoluções e guerras.

Ái estavam as raízes do Romantismo e sua nostalgia pela Idade Média. Michelet em 1845 a exaltava como "aquilo que amamos, aquilo que nos amamentou quando pequenos, aquilo que foi o nosso pai e nossa mãe, aquilo que nos cantava tão docemente no berço". Assim vista como momento de origem das nacionalidades, ela satisfazia os novos sentimentos políticos do século XIX. Vista como época de fé, autoridade e tradição, a Idade Média oferecia um remédio à insegurança e aos problemas decorrentes de um culto exagerado ao cientificismo. Vista como fase histórica das liberdades, das imunidades e dos privilégios, reforçava o liberalismo burguês vitorioso no século XIX. Desta maneira, o equilíbrio e a harmonia na literatura e nas artes, que o Renascimento e o Classicismo do século XVII tinham buscado, cedia lugar à paixão, à exuberância e à vitalidade encontráveis na Idade Média. A verdade procurada através do raciocínio, que guiara o Iluminismo do século XVIII, cedia lugar à valorização dos sentidos, do instinto, dos sonhos, das recordações. Abundam então obras de ambientação ou temática medie-

vais, como *Fausto* (1808 e 1832) do Goethe, *O Corcunda de Notre Dame* (1831) de Victor Hugo, os vários romances históricos de Walter Scott (1771-1832), dentre eles *Ivanhoé* e *Contos dos Cruzados*.

Mas a Idade Média dos românticos era tão preconceituosa quanto a dos renascentistas e dos iluministas. Para estes, teria sido uma época negra, a ser relegada da memória histórica. Para aqueles, um período esplêndido, um dos grandes momentos da trajetória humana, algo a ser imitado, prolongado. Mesmo um historiador, como Carlyle, escrevia em 1841 que a civilização feudal fora “a coisa mais elevada” que a Europa tinha produzido. Daí o século do Romantismo ter restaurado inúmeros monumentos medievais, construído palácios e igrejas neogóticas, mas inventando detalhes, modificando concepções, criando a sua Idade Média. Na erudição o século XIX foi mais feliz na sua paixão pela época medieval, fundando sociedades históricas, editando textos, organizando grandes coleções documentais como a *Monumenta* alemã (6) e a *Patrologia* francesa (7). De qualquer forma, a Idade Média permanecia incompreendida. Aos preconceitos anteriores, juntava-se o da idealização, já antecipado por Lessing (1729-1781): “noite da Idade Média, que seja! Mas era uma noite resplandecente de estrelas”.

Finalmente, com o século XX se passou a tentar ver a Idade Média com os olhos dela própria, não com os daqueles que viveram ou vivem noutro momento. A função do historiador é compreender, não julgar o passado. Logo, o único referencial possível para se ver a Idade Média, é a própria Idade Média. A partir dessa postura, e elaborando, para concretizá-la, inúmeras novas metodologias e técnicas, a historiografia medievalista deu um enorme salto qualitativo. Sem o risco de exagerar, pode-se dizer que o medievalismo se tornou uma espécie de carro-chefe da historiografia contemporânea, abrindo caminhos ao propor temas, experimentar métodos, rever conceitos, dialogar intimamente com outras ciências humanas. Curiosamente, isso não apenas deu um grande prestígio à produção medievalista nos meios cultos, como também popularizou a Idade Média diante de um público mais vasto, porém de forma bem mais consciente do que o entusiasmo revelado pelo século XIX.

Mas, enfim, que conceito tinham da “Idade Média” os próprios medievos? Questão difícil, pois enquanto o clero oferecia várias respostas, a partir de interpretações teológicas, os laicos de forma geral (sobretudo os camponeses) mantinham-se ainda presos a concepções antigas, pré-cristãs. Simplificadamente, essa bipolarização quanto à História partia de duas visões distintas quanto ao tempo. A postura pagã, fortemente enraizada na psicologia coletiva, aceitava a existência de um tempo cíclico, daquele que se chamou de “mito da eterno retorno”. Ou seja, as primeiras sociedades só registravam o tempo biologicamente, sem transformá-lo em História, portanto sem consciência de sua irreversibilidade. Isso porque, para elas, viver no real era viver segundo modelos extra-humanos, arquetípicos. Logo, tanto o tempo sagrado (dos rituais) quanto o profano (do cotidiano) só existem por reproduzirem atos ocorridos na origem dos tempos. Daí a importância da festa de Ano Novo, que era uma retomada do tempo no seu começo, isto é, uma repetição da cosmogonia, com ritos de expulsão de demônios e de doências.

Tal concepção sofreu sua primeira rejeição com o Judaísmo, que via em Iavé não uma divindade criadora de gestos arquetípicos, mas uma personalidade que intervém na História. O Cristianismo retomou e desenvolveu essa idéia, tornando a História linear: há um ponto de partida (Gênesis), um de inflexão (Encarnação) e um de chegada (Juízo Final). Portanto, linear mas não ao infinito, pois há um tempo escatológico* — que só Deus conhece — limitando o desenrolar da passagem humana pela Terra, isto é, a História. Contudo, se o Cristianismo reinterpretava a História, não podia deixar de sentir seu peso, por isso sua liturgia baseia-se na repetição periódica e real da Natividade, Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus, quer dizer, o fiel ao participar da reprodução do evento divino volta ao tempo em que ele se deu. Ou seja, a cristianização das camadas populares não aboliu a teoria cíclica, pelo contrário, permitiu por influência dela o reforço de certas categorias do pensamento mítico.

Colocada na confluência dessas três concepções (circular, linear, escatológica), a sociedade medieval oscilava quanto à importância da quantificação do tempo. Como na Anti-

guidade, o dia estava dividido em 12 horas e a noite também, independentemente da época do ano. As formas de medidas eram precárias até o aparecimento do relógio mecânico no século XIV. Mas eram precárias por desinteresse em submeter as horas a um sistema rígido: como toda sociedade agrária, a medieval guiava-se pelo ritmo mais visível da natureza, o Sol, a Lua, as estações. Apenas o clero, por necessidades litúrgicas, estabeleceu um controle maior sobre as horas, contando-as grosseiramente de três em três a partir da meia-noite (matinas, laudes, primas, terça, sexta, nona, vésperas, completas). Este sistema, contudo, era impreciso e não se adequava às atividades laicas.

A contagem dos dias agrupava-os em semanas de sete, adotadas no Ocidente por volta do século IV. No Sul os dias receberam nomes de deuses romanos e no Norte de deuses germânicos. Por exemplo, o dia da Lua (*lunae dies*) deu *lunedì* em italiano, *lundi* em francês e *lunes* em espanhol, e *monday* (*moon day* = dia da lua) em inglês e *montag* em alemão. Curiosamente, em português não se seguiu a tradição pagã, baseando-se no hábito cristão dos primeiros tempos de comemorar a semana inteira de Páscoa. Como todos aqueles dias eram feriados (*feriae*), precisou-se ordená-los (segunda, terça, etc.), mantendo-se os nomes apenas do domingo (dia de *dominus* = dia do senhor) e do sábado (o "repouso" do Antigo Testamento). O agrupamento em meses, por sua vez de origem muito antiga, passou para a Europa medieval, latina e germânica, com seus nomes romanos.

Mais problemático era o cômputo dos anos. Desde o Egito faraônico atribuía-se 365 dias a cada ano, mas como isso não correspondia exatamente ao curso solar, com o tempo surgiram diferenças significativas. Em função disso, na Idade Média variou consideravelmente a forma de datação. Mesmo o conceito da Era Cristã, proposto pelo monge Dionísio, o Pequeno, no século VI e popularizado por Beda, o Venerável, no século VIII, não teve aceitação geral. Carlos Magno adotou-o no século IX para a futura França, a Alemanha apenas no século X, a Espanha no século XII, outros países mais tarde ainda. Agravando a situação, o dia inicial do ano civil variava de região para região. Na França do Norte e Países-Baixos o ano começava na Páscoa, que sendo festa

móvel fazia alguns anos terem 13 meses e outros apenas 11. Na França do Sul e parte da Itália, na festa da Anunciação (25 de março). Na Inglaterra, Alemanha, Espanha e Portugal o ano civil coincidia com o litúrgico, começando no Natal. As mudanças de sistema não eram raras e acentuavam a confusão, como na Inglaterra do século XIV, que passou a adotar o 25 de março. Apenas com o calendário gregoriano de 1582 uniformizou-se o início do ano para 1º de janeiro.

Diante de toda essa imprecisão e instabilidade no cômputo do tempo, os medievos não tinham um conceito muito claro sobre sua própria época. De maneira geral prevalecia o sentimento de viverem em "tempos modernos", devido à consciência que tinham do passado, dos "tempos antigos", pré-cristãos. Estava sempre presente também a idéia de que se caminhava para o Fim dos Tempos, não muito distante. Sabemos hoje que os pretendidos "terrores do ano mil" foram uma criação historiográfica, pois naquele momento não houve nenhum sentimento generalizado de que o mundo fosse se acabar. Na verdade, a psicologia medieval esteve constantemente (ainda que com flutuações de intensidade) preocupada com a proximidade do Apocalipse. Catástrofes naturais ou políticas eram freqüentemente interpretadas como indícios da chegada do Anticristo. Assim, havia uma difundida visão pessimista do presente, porém carregada de esperança com o eminente triunfo do Reino de Deus. Nesse sentido, tal visão trazia implícita em si a concepção de um *tempus medium* que precedia a Nova Era.

De qualquer forma, várias fases humanas se sucederiam até a Parusia,* a partir da qual não haverá mais repetição, pois o mundo se salvará e a História enquanto tal deixará de existir. Por isso, era bastante comum, ao menos entre o clero, se pensar naquelas fases históricas como sendo seis, de acordo com os dias da Criação. Como no sétimo dia Deus descansou, na sétima fase os homens descansarão no seio de Deus. Assim pensavam muitos, de Santo Agostinho (354-430) e Isidoro de Sevilha (560-636) até o cronista português Fernão Lopes no século XV. Também teve sucesso uma concepção trinitária da História, surgida no século IX com Scoto Erigena e que teve seu maior representante no monge cisterciense Joaquim da Fiore (1132-1202). Para este, a Era do Pai teria se

caracterizado pelo temor servil à lei divina, a Era do Filho pela sabedoria, fé e obediência humilde, a do Espírito Santo (que começaria em 1260) pela plenitude do conhecimento, do amor universal e da liberdade espiritual. Em suma, num certo sentido a Idade Média estava tão interessada na História (seqüência dos fatos passados) quanto no fim dela (Milénismo*).

Bibliografia básica: 3, 63, 70, 76.

Bibliografia complementar: Guenée, B., *Histoire e Culture Historique dans l'Occident Médiéval*, Paris, Aubier, 1980; Mitre, E., *Historiografia y Mentalidades Históricas en la Europa Medieval*, Madri, Universidade Complutense, 1982.

As estruturas demográficas

O surgimento da Demografia Histórica, há menos de quatro décadas, enriqueceu consideravelmente o arsenal do historiador na sua tarefa de compreensão do passado, e os medievalistas não poderiam, é claro, ficar indiferentes a ela. Apareceram assim vários trabalhos metodológicos sobre as especificidades da demografia medieval, e inúmeras monografias sobre as condições populacionais de mosteiros, senhores, cidades e mesmo regiões mais amplas. A partir de tais estudos esboçavam-se sínteses parciais, e hoje já vemos com certa clareza as estruturas demográficas medievais.

Sem dúvida, a Idade Média estava naquilo que os especialistas chamam de Antigo Regime Demográfico, típico das sociedades agrárias, pré-industriais: alta taxa de natalidade e alta taxa de mortalidade. Em função disso, a conjugação de certos fatores (estiagens, enchentes, epidemias, etc.) por poucos anos seguidos alterava o quadro demográfico ao elevar ainda mais a mortalidade. Ou, pelo contrário, a ausência de eventos daquele tipo rapidamente produzia um saldo populacional positivo. Como Lopez acertadamente chamou atenção (76: 120), toda espécie, inclusive a humana, tem tendência natural a se multiplicar, desde que não haja obstáculos externos a isso. Ora, a história demográfica medieval é exatamente a história da presença e da remoção desses obstáculos.

Nesse aspecto, a Primeira Idade Média foi um prolongamento da situação do Império Romano, cuja população